Revista Letras Escreve Macapá, AP v. 16 – n. 3 ISSN 2238-8060
DOSSIÊ TEMÁTICO - Línguas ameaçadas: Documentação, descrição, análise, revitalização e ensino
ARTIGO

A DOCUMENTAÇÃO DA LÍNGUA IKPENG E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO DA LÍNGUA NO AMBIENTE ESCOLAR [1]

THE IKPENG LANGUAGE DOCUMENTATION AND ITS CONTRIBUTION TO LANGUAGE TEACHING IN SCHOOL ENVIRONMENT

Revista dos Cursos de Letras e do Programa de Pós-graduação em Letras – Unifap

FLUXO DA SUBMISSÃO
Submissão do trabalho: 18/08/2025
Aprovação do trabalho: 18/09/2026
Publicação do trabalho: 20/11/2026

Angela Fabiol Alves Chagas
angchagas@yahoo.com.br
Universidade Federal do Pará

COMO CITAR
ALVES CHAGAS, Angela Fabiol. A DOCUMENTAÇÃO DA LÍNGUA IKPENG E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO DA LÍNGUA NO AMBIENTE ESCOLAR. Revista Letras Escreve, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 124–140, 2026. Disponível em: https://periodicos.unifap.br/letrasescreve/article/view/1126.

Resumo

Neste artigo, apresentamos as atividades e os produtos desenvolvidos durante o projeto de documentação da língua Ikpeng que contribuíram para o fortalecimento do ensino da língua materna desta sociedade indígena no ambiente escolar, espaço em que predomina o uso e o ensino da língua portuguesa. O processo de documentação linguística Ikpeng foi ambientado no seio do Projeto de Documentação de Línguas Indígenas (PRODOCLIN), promovido pelo Museu do Índio/FUNAI, em parceria com a UNESCO, durante o período de 2009 a 2012. Dentre as principais contribuições do projeto de documentação da língua Ikpeng estão o levantamento de um diagnóstico sociolinguístico, a criação de uma base de dados lexicais, a elaboração de uma gramática descritiva da língua Ikpeng, a publicação de um livro monolíngue de narrativas tradicionais e cursos de formação em linguística para os professores das escolas indígenas. Os produtos resultantes da documentação foram desenvolvidos com base e a partir de demandas particulares do contexto escolar da sociedade Ikpeng, numa tentativa de preservar e valorizar a língua e as memórias ancestrais próprias desta comunidade. A língua Ikpeng é falada pelo povo homônimo, que vive no Parque Indígena do Xingu – MT.

Palavras-chave: documentação linguística; língua Ikpeng; educação escolar indígena.

Abstract:

In this paper, we present the activities and products developed during the Ikpeng language documentation project that contributed to the strengthening of the teaching of mother language of this indigenous society in the school environment, a space in which the use and teaching of the Portuguese language predominate. The Ikpeng linguistic documentation process was set within the Projeto de Documentação de Línguas Indígenas (PRODOCLIN), promoted by the Museu do Índio/FUNAI, in partnership with UNESCO, during the period from 2009 to 2012. Among the main contributions of the documentation project are a sociolinguistic diagnosis, the creation of a lexical database, the elaboration of a descriptive grammar of the Ikpeng language, the publication of a monolingual book of traditional narratives and training courses in linguistics for teachers in

[1] O presente artigo consiste em uma versão em português do artigo publicado em inglês na Revista Cadernos de Linguística da ABRALIN, cuja referência completa é: CHAGAS, A.; TAFFAREL, K.; TXICÃO, M. Contributions of the Linguistic Documentation to the Strengthening of the Ikpeng Language at School. **Cadernos de Linguística**, Campinas, SP, Brasil, v. 5, n. 1, p. e703, 2024. DOI: 10.25189/2675-4916.2024.v5.n1.id703. Disponível em: https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/703. Esta versão objetiva maior divulgação e circulação do projeto de Documentação da Língua Ikpeng.

indigenous schools. The products resulting from the documentation were developed based on and based on the particular demands of the school context of the Ikpeng society, in an attempt to preserve and value the language and ancestral memories of this indigenous society. The Ikpeng language is spoken by the people of the same name, who live in the Parque Indígena do Xingu – MT.

Keywords: linguistic documentation; Ikpeng language; indigenous school education.

Introdução

A depender do critério que se utilize para reconhecer uma língua, pode-se chegar a um número bastante variável de idiomas falados pelo globo terrestre – entre 3.000 e 7.000. O *Atlas of the World's Languages in Danger*, da UNESCO, estima 6.000 línguas e aponta que 43% delas, isto é, quase 2.500 idiomas catalogados ao redor do mundo estão ameaçados de extinção. A maioria da população falante dessas línguas consiste de povos indígenas, que têm assistido à dizimação exponencial de suas línguas num ritmo frenético.

Com o desaparecimento de uma língua, perde-se também todo o conhecimento nela produzido, além da concepção de mundo que ela veiculava e uma parte importante da identidade étnica do povo que a vivenciava.

Com o objetivo de conscientizar um número cada vez maior de pessoas sobre a importância e a necessidade urgente de preservar, revitalizar e promover as línguas indígenas faladas em todas as partes do mundo, a Assembleia Geral das Nações Unidas instituiu 2019 como o "Ano Internacional das Línguas Indígenas". Em consequência desta ação, através da Resolução A/RES/74/135, a mesma Assembleia proclamou o período entre 2022 e 2032 como a "Década Internacional das Línguas Indígenas", para chamar a atenção da comunidade mundial para a situação crítica de muitas línguas autóctones e para mobilizar as partes interessadas, bem como recursos que visem a preservação, revitalização e promoção destas.

Lamentavelmente, como afirma Moore et al. (2008), a situação das línguas indígenas no Brasil é representativa do panorama mundial, pois o Brasil é um dos países que, embora multilíngue – com cerca de 170 línguas indígenas – está na lista de locais em que as línguas minoritárias estão seriamente ameaçadas de extinção, graças a quase total inexistência de políticas públicas por parte das diversas esferas governamentais (municipais, estaduais ou federais) que visem a salvaguarda desses idiomas. Ao contrário disso e indo na contramão da história nacional que vinha conquistando, a duras penas, direitos básicos, como o acesso à educação escolar diferenciada por parte dos indígenas, vemos, no atual Estado brasileiro, uma política de genocídio contra os povos originários deste país e consequentemente o extermínio e/ou desvalorização de tudo o que lhe diga respeito.

A relação dos indígenas com a escola é tão antiga quanto a própria história do Brasil e passou por diversas fases ao longo desses cinco séculos, indo desde a imposição de modelos que objetivavam a conversão religiosa, a dominação política, a homogeneização cultural, a assimilação à sociedade nacional até – mais recentemente – modelos educacionais reivindicados pelos próprios

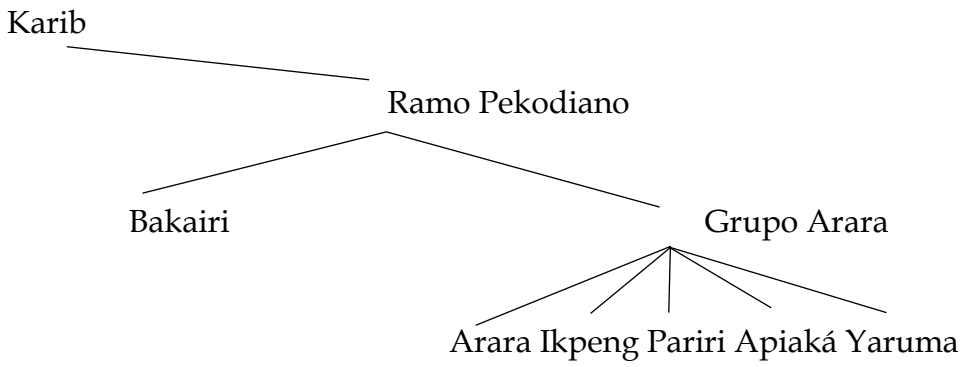
indígenas que visam à valorização e o fortalecimento de suas identidades étnicas, fazendo com que a presença da escola dentro das terras indígenas adquirisse um novo significado para seus frequentadores e passando a garantir acesso a conhecimentos gerais, sem negar as particularidades culturais e identitárias de um determinado povo, praticando, dentre outras coisas, a interculturalidade e o bi- ou multilinguismo.

No entanto, uma grande parcela das ações ou iniciativas voltadas para a educação escolar das populações indígenas brasileiras (como elaboração e aplicação de projetos educacionais, publicação de material didático etc.) têm sido realizadas de maneira tímida e isolada por parte de grupos organizados da sociedade civil, universidades, pesquisadores individuais, ONGs, ou das próprias comunidades que tentam buscar alternativas para uma educação escolar diferenciada. Na atualidade, as escolas indígenas têm sido um espaço utilizado por várias comunidades não apenas para conhecer os saberes do "branco", mas também para resgatar, valorizar e preservar diversos aspectos de sua cultura tradicional, dentre eles, suas línguas.

Neste artigo, vamos apresentar de maneira descritiva o projeto de documentação da língua indígena Ikpeng e suas contribuições para o ensino e o fortalecimento dessa língua no ambiente escolar, espaço em que predomina o uso e o ensino da língua portuguesa.

O povo Ikpeng, também conhecido na literatura linguística e antropológica como Txikão, é composto por aproximadamente quinhentas pessoas que vivem em seis aldeias, todas situadas na parte mais ao norte do estado do Mato Grosso. São elas: aldeias Moygu e Arayo, nas proximidades do Posto Indígena Pavuru, às margens do rio Xingu; aldeias Rawo, Paranoa e Kurure, às margens do rio Ronuro; e aldeia e Tupara, às margens do rio homônimo.

A língua falada pelos Ikpeng é geneticamente relacionada às demais do chamado "Grupo Arara" (cf. GIRARD, 1971; MENGET, 1977; KAUFMAN, 1994; GILDEA, 2012), que junto com o Bakairi formam o Ramo Pekodiano (cf. MEIRA & FRANCHETTO; 2005) da família linguística Karib.



1 A educação escolar e o ensino de língua: promessas e práticas

Todos os Ikpeng ainda adquirem a língua ancestral do grupo como língua materna. No entanto, grande parte da população da comunidade, principalmente a masculina, é fluente também em português. De acordo com Moore *et al* (2008) "o principal fato que determina o futuro de uma

língua é a sua transmissão à geração subsequente". O nível de transmissão intergeracional da língua Ikpeng se mantém alto, graças à situação sociolinguística da maioria das mulheres que, por possuir menos contato com os falantes de português que os homens, mantêm-se monolíngues em Ikpeng. Apesar disso, as crianças, de ambos os sexos, têm se tornado bilíngues cada vez mais cedo, aprendendo ainda na infância o português como segunda língua.

Apesar do bilinguismo crescente, a prática do Ikpeng supera a do português em quase todos os contextos sociais, com exceção de situações de interação com falantes de outras línguas (em que usam o português como língua de contato) e do ambiente escolar (em que, a depender do conteúdo a ser ministrado, com linguagem técnica mais específica, a transmissão do conhecimento se dá quase que exclusivamente em língua portuguesa).

Atualmente, a comunidade Ikpeng dispõe de três escolas: Escola Estadual Indígena Central Ikpeng – "Amure", que atende aos alunos das aldeias Moygu e Arayo, sendo a escola com o maior número de alunos dentro do Parque Indígena do Xingu (PIX); Escola Indígena Municipal Nova Ubiratã, que atende à aldeia Tupara e a Escola Indígena Municipal Paranatinga, situada na aldeia Rawo. As duas escolas municipais oferecem o ensino fundamental completo e a escola estadual, além disso, também oferta o ensino médio.

Como antes mencionado, um dos ganhos que os povos indígenas obtiveram em relação à educação formal foi a garantia, por lei, da utilização e valorização de suas línguas maternas no ambiente escolar, a partir de um ensino bilíngue e intercultural, fortalecido, dentre outras ações, pelo devido acesso ao material didático adequado para este fim.

Segundo o artigo 32 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN:

> Art. 32 - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem (BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.Artigo 32, §3º.).

O mesmo documento, em seu artigo 78, afirma ainda que:

> Art. 78 - O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisas, para oferta de Educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:
> I - Proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências.
> II - Garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias. (BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. Artigo 78).

O fortalecimento das línguas dos povos originários, bem como a elaboração de material didático específico para este fim são previstos no parágrafo 2º do artigo 79 da LDBEN, como pode ser lido abaixo:

> Art. 79 - A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.
> § 1º- Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.
> § 2º- Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:
> - Fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;
> - Manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;
> - Desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;
> - Elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado. (BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.Artigo 79, §2º.)

Apesar desses diretos assegurados legalmente, como afirma o texto do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI): "no plano governamental ainda são tímidas as iniciativas que garantam uma escola de qualidade que atenda os interesses e os direitos dos povos indígenas em sua especificidade frente aos não-índios e em sua diversidade interna (linguística, cultural e histórica)." (Brasil. RCNEI, 1999, p. 6)

Nas escolas indígenas Ikpeng, os dez professores (todos indígenas, nove deles Ikpeng) tentam garantir a alfabetização bilíngue das crianças. No entanto, os próprios alunos e professores relatam que as crianças possuem muito mais fluência de leitura e escrita na língua portuguesa do que na língua Ikpeng. De acordo com o diagnóstico sociolinguístico aplicado aos moradores da Aldeia Moygu[2], 69,9% das pessoas entrevistadas (de um total de 216) se declararam como alfabetizadas. Desse número, 48,3% apareceram como sabendo ler apenas em Ikpeng, outros 41,1% disseram saber ler apenas em português e menos de 10% respondeu que sabe ler em Ikpeng e em português. Quanto à habilidade escrita, 29,8% dos entrevistados disseram não saber escrever em nenhuma língua, 10,6% responderam saber escrever somente em Ikpeng, ao passo que 25,8% responderam ter domínio da escrita apenas na língua portuguesa e apenas 33,8% afirmaram saber escrever em Ikpeng e em

[2] O referido diagnóstico sociolinguístico foi uma iniciativa do Instituto Socioambiental (ISA), que objetivava verificar a facilidade linguística dos Ikpeng, principalmente, referente às línguas Ikpeng e Português, para, a partir dos resultados obtidos, elaborar o Plano Político-Pedagógico para as escolas dessa comunidade indígena. O questionário, que continha 21 perguntas relacionadas aos conhecimentos e usos linguísticos dos Ikpeng e também a aspectos sociais dos membros da comunidade, foi elaborado e aplicado, em 2009, a 216 moradores da Aldeia Moygu, por membros do ISA. Os questionários preenchidos foram repassados à coordenadora do Projeto de Documentação da Língua Ikpeng, Angela Chagas, para interpretação e análise.

português (cf. CHAGAS, 2017). Esses dados mostram que apenas cerca de metade da população Ikpeng que se declarou alfabetizada possui fluência de leitura e escrita em sua língua materna. Os resultados são ainda mais críticos quando levado em consideração a totalidade da população, ou seja, quando se incluem nesses dados também as pessoas não alfabetizadas.

Tudo isso é resultado tanto da abundância e facilidade de acesso a materiais didáticos – e de outras naturezas – disponíveis em português, quanto da escassez de materiais tanto *em*, quanto *sobre* a língua Ikpeng. Uma das principais reclamações por parte dos professores das escolas Ikpeng em relação ao ensino de sua língua materna é quanto à falta de livros didáticos que os auxiliem no ensino formal da língua, bem como de outros tipos de textos escritos em Ikpeng que permitam o treino e consequentemente o aumento da fluência na leitura desta língua por parte dos alunos.

Esses fatores fazem com que os alunos indígenas sejam muito mais expostos a textos escritos na língua nacional do que na sua língua nativa. Como consequência, as crianças Ikpeng acabam tendo muito mais familiaridade e consequente facilidade com a escrita do português do que com a escrita de sua língua materna.

Outra dificuldade relatada pelos professores sobre o ensino da língua Ikpeng nas escolas foi quanto à sua própria formação que por não ser específica para a área de linguagem, carece de conhecimentos tanto de metodologias de ensino de línguas, quanto de conhecimentos linguísticos que os auxilie a compreender as características próprias de sua língua de modo a repassar esses conteúdos de forma didática aos alunos.

Não só os professores Ikpeng, mas a comunidade de maneira mais ampla, acha muito importante o ensino da língua materna no ambiente escolar, pois consideram que essa prática contribui tanto para a valorização quanto para a manutenção não só de sua língua, como também de outros aspectos de sua cultura. Para eles, o ensino e uso da língua Ikpeng nesse ambiente pode contribuir para reforçar a transmissão de conhecimentos tradicionais do povo, suas cosmologias, o cultivo de roças, tipos de vegetação e seus usos específicos, cantos, brincadeiras e festas, só para citar alguns exemplos.

Apesar dos anseios e dos esforços da comunidade Ikpeng para garantir o ensino formal de sua língua na escola, através da educação bilíngue e da política de utilização e valorização das línguas nativas, vemos que – embora asseguradas por lei – essas práticas não têm de fato se concretizado nas escolas indígenas Ikpeng. Nesse sentido, o Estado brasileiro falha ao não conseguir possibilitar que os povos indígenas tenham acesso à educação diferenciada que lhes foi prometida pelo próprio Estado.

2 Projeto de documentação linguística

Duas das principais causas para a extinção de línguas são: a repressão política dos povos que falam línguas minoritárias e a pressão exercida pelas línguas majoritárias. O desaparecimento de uma língua constitui uma grande perda para a comunidade nativa, uma vez que a língua é o

principal meio de transmissão de cultura e pensamentos tradicionais, além de ser uma parte importante da identidade étnica (MOORE *et al*, 2008).

Por muito tempo, a forma mais comum de se documentar uma língua era (d)escrevendo sua gramática. Atualmente, um método mais moderno vem sendo cada vez mais utilizado. Trata-se do registro audiovisual de amostras dessa língua, que consiste na gravação de diferentes gêneros textuais produzidos pelo povo da língua alvo, como discursos cerimoniais, cantos, narrativas históricas, textos procedurais, diálogos espontâneos etc. O grande mérito de um projeto de documentação linguística é o uso dos registros para a tentativa de preservação ou revitalização do idioma, dependendo da situação. Dentre os vários métodos de revitalização e manutenção linguística existente, a alfabetização em língua materna é um dos que trazem impactos positivos na relação que o povo estabelece com a língua, aumentando o prestígio desta no seio da comunidade. As atitudes linguísticas dos falantes são um reflexo do significado social da língua e marca a posição que ela ocupa na escala de valores étnicos do grupo. Assim, garantir que a língua nativa possui *status* social elevado dentro de um grupo tende a retardar seu processo de substituição por outra.

Entre os anos 2009 e 2012, a língua Ikpeng foi alvo de um projeto de documentação linguística, coordenado por Angela Chagas, no âmbito do Projeto de Documentação de Línguas Indígenas (PRODOCLIN), realizado pelo Museu do Índio/FUNAI, em parceria com a UNESCO, quando foi possível o registro de 33h de gravação audiovisual, abrangendo temáticas variadas, como: festas tradicionais, pescarias, construções de casas tradicionais, entrevistas, relatos de experiência, músicas, monólogos, textos procedurais e narrativas tradicionais. Dentre os resultados obtidos com o projeto, destacamos abaixo aqueles que trouxeram alguma contribuição para o ensino da língua Ikpeng no contexto escolar.

Um resultado relevante que pode ser mencionado é o *diagnóstico sociolinguístico* realizado no início do projeto e que teve como intuito descrever a condição social das línguas faladas pelo povo, principalmente o Ikpeng e o português. Esse tipo de ação é de suma importância entre as comunidades indígenas porque não só diagnostica problemas relacionados à dinâmica da(s) língua(s) presentes no seio da comunidade, como também, e mais fundamentalmente, aponta soluções que resolvam ou, ao menos, minimizem os problemas encontrados. No caso específico do povo Ikpeng, o diagnóstico sociolinguístico mostrou que apesar das crianças serem alfabetizadas em Ikpeng e em português, ao longo do percurso escolar, acabavam desenvolvendo mais fluência de leitura e escrita na língua portuguesa, em parte, por causa da escassez de material para ser lido na língua nativa, donde surgiu a ideia da elaboração de um livro de narrativas monolíngue, do qual falaremos mais detalhadamente a seguir.

Do projeto, resultou também uma *base de dados lexicais*, com tradução para o português, que foi uma primeira tentativa de organização do léxico da língua Ikpeng por campo semântico e que visou contribuir, entre outras coisas, para o processo de consolidação da escrita ortográfica desse povo. Esse glossário Ikpeng-Português conta atualmente com 1.500 entradas lexicais, que possuem uma breve informação gramatical (em português) sobre os termos e exemplos de uso em língua

Ikpeng, normalmente retirados de situações reais de fala. Por considerar os membros da comunidade como o público-alvo do glossário, não há informações de caráter fonético/fonológico nas entradas, uma vez que todos os Ikpeng são falantes da língua ancestral do grupo.

Outros dois importantes produtos resultantes do projeto de documentação linguística foram uma *gramática descritiva da língua Ikpeng*, que reúne informações sistemáticas sobre a língua materna desse grupo indígena; e um *livro monolíngue de narrativas tradicionais* consequente tanto de uma demanda da comunidade pelo que ler na língua nativa, quanto da especial atenção que as narrativas tradicionais obtiveram dentro do projeto, pois a comunidade Ikpeng considerou sempre muito importante registrar essa parte da memória coletiva do povo que, segundo os mais idosos, vem recebendo cada vez menos importância por parte dos mais jovens, que muito pouco já conhecem desse patrimônio cultural.

Assim, nesse período foram registradas 21 narrativas – referentes a mitos cosmogônicos, escatológicos, de duração e de transformação – sempre indicadas pela comunidade (de acordo com critérios próprios, como nível de importância ou o grau de lembrança/esquecimento que o povo tinha delas). Também foi indicado pela comunidade, o "melhor" contador para cada história. As narrativas registradas nesse período foram:

- *Imere Mïran*	(História do Imere/Trovão)
- *Alakana Mïran*	(História do Alakana)
- *Mawo Mïran*	(História da Mawo)
- *Omyo Mïran*	(História do Omyo)
- *Wonkinom Mïran* 1	(História de Seres Espirituais 1)
- *Wonkinom Mïran* 2	(História de Seres Espirituais 2)
- *Wonkinom Mïran* 3	(História de Seres Espirituais 3)
- *Kureko Mïran*	(História do Kureko/Origem dos Humanos)
- *Marurï Murangmon*	(História de Homens Brancos e Índios)
- *Opo Mïran*	(História da Borduna)
- *Patxi Mïran*	(História da Rede de Pesca)
- *Pïrom Mïran*	(História da Flecha)
- *Okoloy Mïran*	(História do Mel)
- *Puron Mïran*	(História do Sapo)
- *Rere Mïran*	(História do Morcego)
- *Wayman Mïran*	(História do Jabuti)
- *Tawa Mïran*	(História do Calango)
- *Weliko Mïran*	(História do Vaga-Lume)
- *Wago Mïran*	(História do Macaco-Preguiça)
- *Opo Awitketpot*	(Como se faz Borduna)
- *Patxi Awitketpot*	(Como se faz Rede de Pesca)

Todos esses textos já passaram pelo processo de transcrição ortográfica e tradução livre para o português – ambas atividades realizadas com a ajuda de membros da comunidade Ikpeng. Para a atividade de transcrição foi utilizado o programa *Transcriber* e para a tradução, o editor de textos

Word, por permitir facilmente a inserção de anotações/comentários sobre o texto trabalhado. Grande parte das anotações feitas é de caráter cultural que, na maioria das vezes, são indispensáveis para compreender a tradução de uma dada frase ou item lexical presente na narrativa.

3 Contribuições do projeto de documentação linguística para o ensino da língua ikpeng no ambiente escolar

Embora, nenhum dos materiais resultantes do projeto de documentação linguística seja especificamente de caráter didático, todos eles foram incorporados ao ambiente escolar e contribuíram de alguma maneira para o ensino da língua Ikpeng nas escolas. Nesta seção, iremos comentar mais detalhadamente sobre o processo de elaboração e sobre o uso do *livro de narrativas tradicionais* e da *gramática descritiva da língua Ikpeng*, além de tratarmos de outra ação realizada durante o projeto de documentação linguística, que consistiu na oferta de *cursos de formação em linguística* para os professores das escolas indígenas.

3.1 Livro de Narrativas Tradicionais "Wonkinom Mïran"

Conforme já mencionado, a ideia de se produzir um livro com as narrativas tradicionais surgiu a partir do tratamento dado às narrativas e frente à demanda dos Ikpeng por materiais que pudessem auxiliar os professores das escolas no processo de ensino de leitura e escrita de sua língua materna.

Muito se discutiu até chegar à formatação final do livro, desde a língua na qual as narrativas seriam escritas, como quantas e quais narrativas fariam parte da coletânea.

Decidiu-se, junto com a comunidade, pela elaboração de um livro monolíngue, com registro das narrativas apenas na língua nativa. Essa decisão coletiva pôs em prática a política de valorização da língua nativa e do conhecimento nela produzido, bem como contribuiu para auxiliar professores e alunos no processo dialógico de ensino-aprendizagem da modalidade escrita da língua Ikpeng. A preocupação em apresentar uma versão bilíngue das narrativas era que, nesse caso, os alunos, provavelmente, optariam por fazer a leitura na língua em que possuíam mais fluência, nesse caso como já dito, o português.

Foi também escolha da comunidade Ikpeng as narrativas que fariam parte do livro, são elas: *Marurï Murangmon* (História de Homens Brancos e Índios), *Okoloy Mïran* (História do Mel), *Puron Mïran* (História do Sapo), *Pïrom Mïran* (História da Flecha) e *Wayman Mïran* (História do Jabuti).

Ainda durante o projeto de documentação, as narrativas selecionadas para integrar o livro foram ilustradas por alunos da Escola Central Ikpeng – "Amure", durante oficinas de desenhos coordenadas pela artista plástica Ingrid Lemos, que também integrava a equipe do projeto de documentação linguística.

Os desenhos retratam as cenas ou os episódios mais importantes de cada narrativa. A ilustração do material por parte dos próprios Ikpeng fez com que a comunidade tivesse um maior

envolvimento no processo de confecção do livro e contribuiu também para que o povo experienciasse um novo tipo de relação com as narrativas tradicionais, que agora se realizavam não apenas por meio da oralidade e da escrita, mas também através de imagens.

Assim surgiu o livro de narrativas tradicionais Ikpeng, intitulado *Wonkinom Mïran* (História dos Seres), publicado em 2014, pelo Museu do Índio sob a organização de Angela Chagas e Ingrid L. Costa.

Imagem 1: Capa do Livro de Narrativas Tradicionais Ikpeng



Autor: Amtenu Ikpeng

Imagem 2: Contracapa do Livro de Narrativas Tradicionais Ikpeng



Autor: Mate Ikpeng

Desde o seu recebimento pela comunidade, o livro tem sido amplamente utilizado nas três escolas Ikpeng, em diferentes séries, e subsidiado diferentes atividades em sala de aula, como compreensão e produção de textos escritos. As imagens abaixo, de uma turma do segundo ano do ensino médio da Escola Amure, mostram os alunos fazendo leitura das narrativas em uma aula de língua Ikpeng.

Imagem 3: Alunos da Escola Amure lendo o Livro de Narrativas Tradicionais Ikpeng



Foto de Awarepï Ikpeng

Imagem 4: Alunos da Escola Amure lendo o Livro de Narrativas Tradicionais Ikpeng

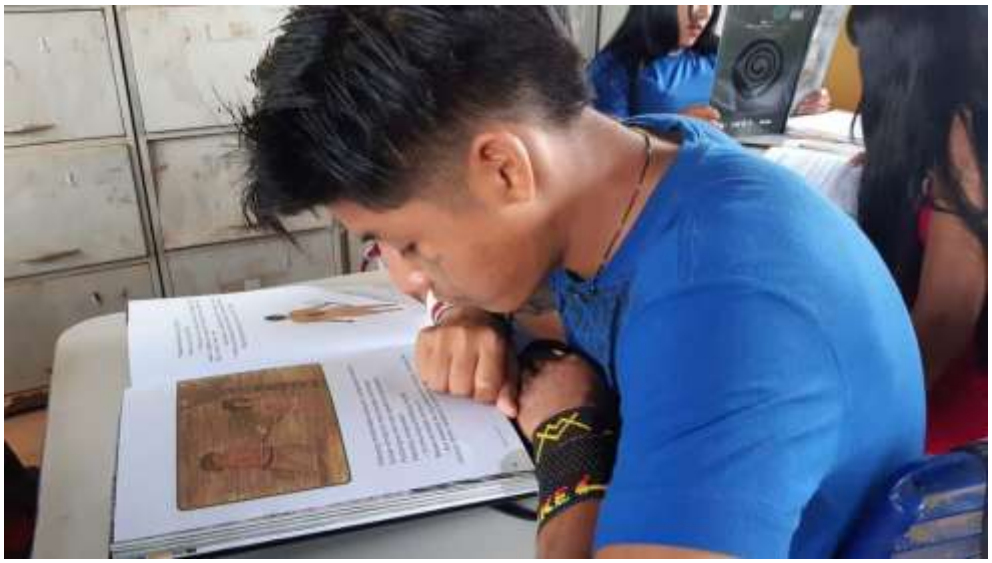


Foto de Awarepï Ikpeng

Imagem 5: Alunos da Escola Amure lendo o Livro de Narrativas Tradicionais Ikpeng



Foto de Awarepï Ikpeng.

4 Gramática Descritiva da Língua Ikpeng

Outro produto do projeto de documentação que merece ser comentado com mais destaque é a *Gramática Descritiva da Língua Ikpeng* que, embora não tenha sido publicada, vem sendo utilizada em formato digital pelos professores das escolas Ikpeng há quase 10 anos.

A proposta dessa gramática era reunir as principais informações sobre a estrutura da língua

Ikpeng, de maneira clara e objetiva, com o mínimo de metalinguagem para que seu conteúdo se tornasse acessível aos professores das escolas da comunidade. A proposta é que a partir dessa gramática, os professores pudessem elaborar suas aulas sobre a língua, bem como as atividades correspondentes a um dado conteúdo.

A gramática, escrita em português, foi elaborada pela coordenadora do projeto, Angela Chagas, a partir de dados coletados em campo durante a vigência do projeto de documentação e de trabalhos anteriormente publicados sobre a língua, tais como os de: Emmerich (1980), Campetela (1997) e Pachêco (1997, 2001). A gramática é constituída de quatro capítulos que tratam dos principais aspectos da língua:

Fonologia: apresenta o inventário vocálico e consonantal e os principais processos fonológicos dessa língua.

Morfologia: descreve as principais características morfossintáticas das classes de palavras existentes na língua (nome, verbo, adjetivos/advérbios, pronomes, posposições, partículas e ideofones).

Sintaxe: traz informações acerca dos tipos e ordem dos constituintes oracionais.

Léxico: é constituído de listas de palavras de diversos campos semânticos, como: termos de parentesco; partes do corpo (humano e não-humano); nomes de vegetais e animais; cores; e itens novos na cultura.

Imagem 6: Capa da Gramática Descritiva Ikpeng



Autor: Yakawi Ikpeng

Imagem 7: Contracapa da Gramática Descritiva Ikpeng



Autor: Tanpanpo Ikpeng

5 Cursos de formação em linguística para os professores indígenas

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), para que a educação escolar indígena tenha êxito em suas especificidades e esteja de fato adequada às particularidades culturais das populações indígenas é fundamental que os professores atuantes pertençam às comunidades envolvidas no processo de escolarização e que estes sujeitos tenham o devido acesso a cursos de formação profissional especialmente pensados para o trato das pedagogias indígenas em toda a sua pluralidade.

Nessa perspectiva, a formação do professor indígena deve pressupor um currículo diferenciado que lhe permita atender às diretrizes da escola indígena em que irá atuar. Para isso, é fundamental que esses professores recebam: capacitação para elaboração de currículos e programas de ensino específicos para as escolas indígenas; capacitação para produção de material didático-científico; capacitação para utilização de metodologias de ensino de primeira e segunda língua; capacitação sociolinguística que os leve ao entendimento dos processos históricos de perda e mudança linguística; capacitação específica em linguística que contribua para o estabelecimento ou a reformulação de sistemas ortográficos de suas línguas tradicionais (RCNEI, 1999, p. 15-16).

Por todas essas especificidades, o RCNEI afirma que "a capacitação do professor indígena requer a participação de especialistas com formação, experiência e sensibilidade para trabalhar aspectos próprios da educação indígena, incluindo profissionais das áreas de linguística e antropologia" (idem, p. 16).

Tendo conhecimento da necessidade de formação específica em Linguística por parte dos professores indígenas, situação por eles mesmos relatada inúmeras vezes; e cientes da contribuição que poderíamos dar para a formação desses docentes, propusemos ministrar ao longo do projeto de documentação um curso de Formação Básica em Linguística, que ocorreu em quatro módulos (Fonética e Fonologia, Morfologia, Sintaxe e Sociolinguística) e apresentou alguns conceitos fundamentais da Linguística Geral, tendo como base dados da língua Ikpeng.

A iniciativa foi mais uma contribuição do projeto de documentação linguística para a comunidade Ikpeng, uma vez que os participantes (professores das escolas indígenas) poderiam utilizar os conhecimentos adquiridos no curso para auxiliar suas práticas de sala de aula, bem como para refletir sobre fenômenos de sua língua materna, podendo discutir e encontrar soluções para questões relacionadas ao ensino de algumas características gramaticais do Ikpeng, que eles sentiam dificuldade em ministrar.

O módulo de Fonética e Fonologia, especificamente, contribuiu para os professores refletirem sobre a relação arbitrária existente entre o(s) som(ns) e as letras que os representam, levando-os a compreender melhor ou mesmo questionar alguns aspectos do seu sistema ortográfico.

Desse módulo, surgiu a "Oficina de Revisão Ortográfica", realizada em agosto de 2011, na Aldeia Moygu, que teve como principal objetivo rever pontos considerados problemáticos por professores e alunos da Escola Central Ikpeng – "Amure", quanto ao ensino-aprendizagem da modalidade escrita de sua língua. Nessa oficina, foram discutidas questões como: implicações de ter um mesmo grafema para representar dois sons distintos e o inverso – grafemas diferentes para representar um mesmo som em situação de alofonia; dígrafos; separação silábica; ressilabificação; acento fonológico e acento gráfico; etc.

Essa oficina foi de suma importância para os professores, que relataram muitas vezes não conseguirem responder perguntas advindas dos próprios alunos em processo de alfabetização. Durante essa oficina, pudemos observar que grande parte das dúvidas que os professores Ikpeng tinham em relação à sua ortografia era consequente da comparação que eles faziam desta com a escrita do português. Por exemplo, a presença de certos grafemas (como: <c> e <f>) e da acentuação gráfica que existe em português, mas não em Ikpeng.

No módulo sobre Morfologia foram apresentados, ao lado de conceitos fundamentais, as classes de palavras da língua Ikpeng e suas principais características flexionais e derivacionais.

No módulo de Sintaxe, os professores puderam ter contato com diferentes tipos de frases, sua organização em sintagmas e os mecanismos utilizados para constituí-las.

O módulo de Sociolinguística trouxe informações e reflexões acerca da concepção social de língua, usos e atitudes dos falantes, variação e mudança linguística e influência de aspectos sociais sobre a estrutura das línguas.

Nesse sentido, o curso de Formação em Linguística serviu para mostrar aos professores que as diferentes línguas possuem além de semelhanças, também particularidades que as tornam únicas, mas não inferiores umas às outras e que o mesmo vale para as variações internas a cada uma das línguas. Ou seja, que falantes de uma mesma língua podem usá-la e se expressar através dela de diversas maneiras e que isso não significa que o usuário não saiba falar corretamente ou falar bem a sua língua materna – avaliação que os Ikpeng fazem sobre a falas dos mais jovens em comparação com a fala dos mais idosos.

Considerações finais

Paradoxalmente, o registro e o extermínio das línguas indígenas brasileiras vêm sendo feitos desde os tempos da Companhia de Jesus no Brasil. Lamentavelmente, a extinção alcançou números muito mais expressivos que a documentação e a descrição, que só mais recentemente têm sido feitas de maneira mais séria e sistemática no Brasil. A demanda por iniciativas dessa natureza cresceu nos últimos anos por parte dos povos originários, a medida em que os primeiros resultados positivos têm aparecido. No entanto, para atender às demandas das sociedades indígenas é fundamental e imprescindível o investimento em pesquisas nessa área que prime pela elaboração e/ou aplicação de técnicas e métodos de documentação adequados às diversas realidades dos povos indígenas brasileiros, bem como pela formação de recursos humanos com a devida capacitação para o desenvolvimento das ações necessárias com vistas ao atendimento das demandas, sem desconsiderar a participação dos membros das comunidades envolvidas.

A documentação linguística é importante não só para o registro de línguas em situação de ameaça, mas também e principalmente para o exercício de salvaguarda, fortalecimento e revitalização destas.

Neste artigo, apresentamos as atividades e os produtos do projeto de documentação da língua Ikpeng que contribuíram para o fortalecimento do ensino da língua materna do grupo no ambiente escolar. Entre eles, destacamos: um diagnóstico sociolinguístico, uma base de dados lexicais, uma gramática descritiva da língua Ikpeng, um livro monolíngue de narrativas tradicionais e os cursos de formação em linguística para os professores das escolas indígenas.

Como já mencionado, embora os produtos apresentados não se configurem especificamente como materiais didáticos, eles foram desenvolvidos com base e a partir de demandas particulares do contexto escolar da sociedade Ikpeng, numa tentativa de preservar e valorizar a língua e as memórias ancestrais próprias desta sociedade indígena, contribuindo para o retardamento da degradação cultural a que todos os povos indígenas do Brasil, lamentavelmente, estão sujeitos.

Com o caso exemplificado no presente estudo, esperamos ratificar a importância do trabalho de documentação linguística, como ação básica que pode possibilitar o desenvolvimento de outras atividades que garantam a vitalidade das línguas indígenas.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDB). 9394/1996.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas** (RCNEI), 1999.

CAMPETELA, C. **Análise do sistema de marcação de caso nas orações independentes da língua Ikpeng**. 1997. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

CHAGAS, A. F. A. "Ensaio Sociolinguístico do povo Ikpeng". **Revista Falas Breves**, v. 4, p. 14-23,

2017.

CHAGAS, Angela F. A; COSTA, Ingrid L (Orgs). **Wonkinom Mïran**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, FUNAI, 2014 (144 p).

EMMERICH, C. **A fonologia segmental da língua Txikão**. 1972. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1972.

EMMERICH, Charlotte. **A fonologia segmental da língua Txikão**: um exercício de análise. Publicações Avulsas do Museu Nacional. Rio de Janeiro: UFRJ, Departamento de Antropologia, Museu Nacional, 1980.

GILDEA, Spike. Linguistics studies in the Cariban family. In CAMPBELL, L; GRONDONA, V. (Eds.). **The indigenous languages of South America**: a comprehensive guide. Berlin: De Gruyter Mouton, 2012. p. 441-494.

GIRARD, Victor. **Proto-Carib Phonology**. 1971. Tese (Doutorado), University of California, Berkley, 1971.

KAUFMAN, Terrence. The native languages of South America. In: MOSELEY, Christopher; ASHER, R. (Eds.). **Atlas of the World's Languages**. New York: Routledge, 1994. p.46-76.

MOSELEY, Christopher (ed.). **Atlas of the World's Languages in Danger**, 3rd edn. Paris, UNESCO Publishing. 2010. Online version: http://www.unesco.org/culture/en/endangeredlanguages/atlas

MEIRA, Sérgio; FRANCHETTO, Bruna. The Southern Carib Languages and the Cariban Family. **International Journal of American Linguistics**, v. 7, n. 2. Chicago: Chicago University Press, p. 127-190, 2005.

MENGET, Patrick. **Au nom des autres. Classification des relations sociales chez les Txicáo du Haut Xingu, Brésil**. 1977. Ph.D., Université de Paris, Paris, 1977.

MOORE, D. A.; GALÚCIO, A. V.; GABAS JÚNIOR, N. "O Desafio de documentar e preservar línguas". **Scientific American Brazil**: Amazônia, p. 36-43, 2008.

PACHÊCO, F. **Aspectos da gramática Ikpeng (Karib)**. 1997. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

PACHÊCO, F. **Morfossintaxe do verbo Ikpeng (Karib)**. 2001. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

Site consultado:
http://www.unesco.org